

União mantém rolagem de 25%

por Cláudia Safatle de Brasília

Após uma semana de negociações com os governadores estaduais, sem chegar a um acordo, o governo enviou ontem uma nova mensagem ao Congresso Nacional, substituindo o Orçamento Geral da União enviado em agosto passado e a segunda versão, encaminhada ao Congresso no dia 18 passado, porém mantendo o mesmo esquema de rolagem da dívida externa dos estados, municípios e empresas vinculadas. Em 1989 os governos estaduais e municipais poderão rolar 75% de suas dívidas e terão de pagar 25% da dívida vencida e vencida no ano que vem.

"A Comissão de Orçamento poderá mudar esse esquema de rolagem se indicar como contrapartida a anulação de uma outra despesa. Não poderá fornecer como fonte de recursos nem o aumento de receitas nem a elevação do endividamento do Tesouro Nacional", informou ontem, às 22h30, o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, após a reunião do comitê de dirigentes do pacto social que endossou o ajuste fiscal preparado pelo Executivo para o ano que vem.

O governo enviou a nova mensagem na tentativa de substituir nesse novo projeto todas as outras duas mensagens enviadas de agosto para cá. Mas não foi aceita pela Comissão de Orçamento, que a devolveu ao Executivo, e no final da noite de ontem produziu-se nova versão, a título de emenda, e não de substituição.

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, também presente à reunião do pacto social como representante do governo, relatou em entrevista as diversas fases da negociação com os governadores e com a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, até chegar ao fim das negociações, ontem, sem conseguir uma proposta alternativa para a rolagem das dívidas dos estados.

A saída encontrada pelo governo para a solução do impasse foi manter os termos do primeiro projeto de lei orçamentária, enviado no dia 31 de agosto passado ao Congresso Nacional, com as mudanças embutidas na segunda versão (do dia 18 deste mês), e, caso os parlamentares não aprovem o novo orçamento neste ano, "a partir do dia 1º de janeiro o Tesouro Nacional terá de estancar seus pagamentos, seja de pessoal, seja aos seus fornecedores", explicou o ministro da Fazenda.

União mantém rolagem...

por Cláudia Safatle de Brasília
(Continuação da 1ª página)

Segundo ele, ao contrário de outros países, que têm nas suas constituições mecanismos para o governo operar sem orçamento, no caso do Brasil, "teríamos um 'buraco negro' e acho que não interessa ao Congresso jogar com essa possibilidade".

Costa Couto disse que a única mudança entre a emenda enviada ontem e os demais projetos de orçamento refere-se à destinação de uma subvenção de CZ\$ 1 bilhão aos parlamentares, recursos que há quarenta anos são alocados no Orçamento Geral da União e que não constavam das duas versões anteriores. Essa subvenção foi retirada da Reserva de Contingência e representa recursos que os congressistas podem distribuir às entidades sem fins lucrativos.

Ele disse, também, que as 2.450 emendas apresentadas pelos parlamentares ao orçamento original correspondiam a um gasto extra de CZ\$ 2,8 trilhões, e o governo se dispôs a abrir uma dotação de CZ\$ 120 bilhões para atender a uma parte dessas emendas.

Para definir quais incentivos fiscais serão suspensos por dois anos, conforme consta do projeto de lei do orçamento da União, o ministro da Fazenda explicou que enviará ao Congresso Nacional ainda nesta semana um projeto de lei especificando esses incentivos, e de antemão anunciou que os incentivos fiscais às exportações, à lei de infor-

mática e à cultura não serão suspensos.

CONGRESSO REJEITA

Depois de um fim de semana de infrutíferas negociações, o governo consumou o impasse criado junto ao Congresso Nacional e aos governadores do PMDB, devido à rolagem das dívidas externas dos estados, municípios e suas estatais, e enviou ontem à tarde mensagem propondo um novo projeto de orçamento da União para 1989, em substituição ao projeto encaminhado em agosto.

Segundo informação da repórter Thaís Bastos, o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), não aceitou a retirada do orçamento original, e após as nove horas da noite de ontem ele acertou com o representante do governo, Henrique Hargreaves, subchefe do Gabinete Civil para assuntos parlamentares, que seria proposta uma modificação — e não substituição — do texto inicial. Uma hora depois, chegava ao Congresso o novo texto. Esse texto será distribuído hoje pela manhã aos membros da comissão, que volta a se reunir somente à noite, às 20 horas.

Na manhã de ontem, teve lugar, no Palácio do Planalto, a última tentativa de uma solução amigável. Segundo apurou o repórter Marcos Magalhães, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, sugeriu ao presidente da comissão mista de orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), e ao líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), a manutenção da te-

se da rolagem das dívidas sob o efeito cascata, que beneficiaria os estados mais pobres, prometendo uma negociação posterior com os estados mais endividados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Os parlamentares ficaram de responder mais tarde, e, na hora do almoço, Ibsen telefonou para Costa Couto para declarar encerradas as negociações. Sem uma solução negociada, o governo resolveu partir para uma nova mensagem ao Congresso. Dessa maneira, inviabilizaria todo o trabalho feito até então pela comissão, que se havia debruçado sobre o projeto original de orçamento, já alterado por uma segunda mensagem, enviada há duas semanas, que aumentou receitas e cortou despesas para zerar o déficit público.

O relator da comissão, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), estava pronto para apresentar o seu parecer ao projeto — modificado pela segunda mensagem — ontem à tarde, após sucessivos adiamentos destinados a garantir tempo para uma negociação. Ao ser informado pelo senador Humberto Lucena de que o governo enviará mensagem propondo alterações ao orçamento, o deputado Cid Carvalho abriu a sessão da comissão, às 16h45, apenas para dar ciência do fato aos parlamentares presentes e convocar uma nova sessão para as 21 horas, quando já se teria uma ideia da proposta do governo.

"Somente após conhecermos a mensagem podere-

mos debater o nosso procedimento", disse Cid Carvalho, visivelmente contrariado com o artifício utilizado pelo governo para evitar uma derrota no Congresso, receptivo às teses dos governadores. "O governo não se está adaptando ao processo democrático", acusou o deputado César Maia (PDT-RJ), vice-presidente da comissão. "Enquanto fingia que conversava, elaborava nos seus computadores uma terceira mensagem ao Congresso."

Se não os pegou de surpresa, o recurso do Palácio do Planalto irritou bastante os parlamentares, que ontem à noite estavam na iminência de recomendar a análise de todo o orçamento, o qual deveria estar sendo votado, segundo o último calendário aprovado na comissão, até a próxima quarta-feira.

Assessores econômicos do Congresso chegaram a lembrar, inclusive que a nova Constituição determinou, no artigo 35 das Disposições Transitórias, que o projeto de lei orçamentária da União teria de ser encaminhado ao Congresso até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro. Ou seja, qualquer alteração posterior somente poderia ser considerada como emenda, e não como novo projeto.

Por trás de toda a discórdia encontrava-se o problema da rolagem das dívidas externas estaduais e municipais. Segundo o projeto original do governo, estavam previstos, para entrar em caixa da União, no ano que vem, cerca de CZ\$ 500 bilhões, em valores de junho.